



PROCESSO Nº 026/2022
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2022

O Município de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal da Administração, mediante Pregoeira, Sra. Mariana Castilhos de Souza e sua equipe de apoio, designados pelas Portarias nº 1.086/2021, nº 2.118/2021, nº 3.822/2021, nº 447/2022, anexas ao processo, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº.014/2022**, do tipo menor preço POR ITEM, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, em conformidade com as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 80/2020 e, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e Lei Complementar nº 123/2006, bem como, as condições a seguir estabelecidas:

1 - LOCAL, DATA E HORA

1.1. A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no **dia 07 de março de 2022, com início às 14 horas**, horário de Brasília - DF.

1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1., até às 13:45 horas do mesmo dia (horário de Brasília-DF).

1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2 - OBJETO

O objeto da presente licitação consiste na **aquisição de caminhões e furgão através do Convênio nº891531/2019, firmado entre o Município de Santo Antônio da Patrulha/RS e o Ministério do Meio Ambiente**, com vistas à execução das metas e etapas estabelecidas no Projeto de gestão de resíduos sólidos RECICLA SAP., de acordo com as especificações previstas no Anexo I – Termo de Referência.

3 – PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do presente pregão eletrônico, as empresas do ramo pertinente ao objeto, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.2. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.3. A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

3.4- O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e / ou pelo sistema ou de sua desconexão.



4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5 - ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS – ON-LINE

5.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor unitário e valor total do item e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.2.

5.1.1. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

5.2. Poderão participar deste certame, as empresas beneficiadas pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, por isso deverá no momento do envio da proposta on-line clicar na declaração específica indicando o seu enquadramento como empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa.

5.3. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência deste Edital serão desconsideradas.



6 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. PREÇO UNITÁRIO e GLOBAL.

6.1.2. Marca e modelo do produto ofertado.

6.1.2.1. Consignar apenas 01(uma) marca sob pena de desclassificação;

6.1.2.2. Marca do produto ofertado. No caso da empresa ser a fabricante do produto colocar “marca/fabricação própria” a fim de não identificar a licitante;

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de validade ou de garantia; e número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. A proposta deverá conter PREÇO UNITÁRIO e GLOBAL, ou seja, a multiplicação da quantidade estimada do item pelo respectivo preço unitário (conforme a unidade e a quantidade mencionada abaixo), expresso em reais, sendo o total com 02 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

6.3. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos preços totais ofertados até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

6.4 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

6.4.1. **A proposta final do licitante declarado vencedor**, deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

6.4.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

6.4.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

6.4.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato ou da Ata de Registro de Preços e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

6.4.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam à Contratada.

6.4.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

6.4.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, e no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

6.4.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

6.4.7. Poderão ser admitidos, pela pregoeira, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

6.4.8 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, atendendo os seguintes critérios:

- a. Preço unitário e total para o item, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;



- b. Marca e especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante as exigências editalícias.
- c. **Consignar garantia mínima de 12 (doze) meses para os veículos a contar da data de emissão da Nota Fiscal.**
- d. Inclusão de todas as despesas que influam no preço, tais como: despesas com transporte, seguro, frete, tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria), emolumentos, obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e com todos os ônus diretos;
- e. Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico.

7- DA ABERTURA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, na data, horário e local indicado neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.8. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**, observando as regras de aceitação do mesmo.

7.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO e FECHADO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará quinze minutos, improrrogáveis.

7.13. Encerrado o prazo do item “7.12”, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.14. Encerrada a sessão dos lances, com o decurso do prazo do item “7.13”, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.



7.15. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item “7.14”, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.16. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens “7.14” e “7.15”, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.17. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens “7.15 e 7.16”, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item “7.16”.

7.18. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item “7.17”.

7.19. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/15.

7.23. Nessas condições, as propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25. Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

7.28.1. Produzidos no País;

7.28.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

7.28.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



7.28.4. Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.32. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.3. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

8.5. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.10. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação, contados a partir da convocação do Pregoeiro.

9.1.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.1.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) Ato constitutivo, estatuto social, contrato social com posteriores alterações contratuais ou sua consolidação, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

b) Certidão Negativa da RF e da PGFN e as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do § único, do Artigo 11, da Lei 8.212/91;

c) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

d) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual;

e) Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento do licitante;

f) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual.

g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

h) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.

i) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. A mesma deve ser firmada diretamente no Portal de Compras Públicas pelo representante legal da empresa, através de senha específica.

j) Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de **CERTIDÃO NEGATIVA**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.2- As empresas beneficiárias do art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão preencher diretamente no Portal de Compras Públicas, através do



representante legal da empresa, mediante senha específica, informação quanto a seu enquadramento como empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa; .

9.2.1- Caso a empresa não comprove seu enquadramento, conforme o disposto no item 9.2., terá os itens por ela vencidos desclassificados.

9.3- O licitante enquadrado como MEI – Microempreendedor Individual está dispensado da apresentação dos documentos previstos nas alíneas “a” e “f” do item 10.1, os quais deverão ser substituídos pela apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, condicionada a verificação da autenticidade no endereço www.portaldoempreendedor.gov.br.

9.4- Os documentos deverão estar em nome do licitante, com o número do CPNJ e endereço respectivo, observando o seguinte:

9.4.1- Se o licitante for matriz da empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

9.4.2- Se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto a certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e as de terceiros que poderão estar em nome da matriz;

9.5. Os documentos deverão ser apresentados autenticados por processo de cópia autenticada por cartório competente, ou outro sistema, ou ainda por via eletrônica (internet), desde que devidamente autorizado pelo órgão competente.

9.6 A critério do Pregoeiro poderão ser solicitados esclarecimentos, assim como serem efetuadas diligências, visando a conformar a capacidade técnica, gerencial e administrativa das empresas concorrentes.

9.7. A não apresentação da proposta de preços e/ou dos documentos de habilitação exigidos por parte da empresa classificada em 1º lugar, dentro do prazo estabelecido ocasionará a desclassificação da licitante, sendo convocados, por ordem de classificação, os demais participantes do processo licitatório.

9.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.8.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.8.2. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.8.3. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.



9.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.10. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

10.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, diretamente no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

10.3. Não serão aceitos impugnações e recursos encaminhados por e-mail.

10.4. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

10.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

10.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de três dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

10.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo o licitante manifestar **motivadamente** sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pela pregoeira.

11.2. A licitante, que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pela pregoeira, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela Pregoeira ao vencedor.

11.4. O recurso contra decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.



11.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

11.7. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Não serão homologados os itens com valores superiores aos máximos estipulados pela administração, constante no Termo de Referência.

12.2. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela pregoeira sempre que não houver recurso.

12.3. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela pregoeira.

13 - RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

13.1. Entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital, **ANEXO I – Termo de Referência** e em consonância com a proposta de preço apresentada;

13.2- Prestar informações exatas, e não criar embaraços à fiscalização do CONTRATANTE.

13.3- Indenizar terceiros por eventuais prejuízos decorrentes da execução ou inadimplência do presente contrato, independentemente das sanções aplicáveis e demais responsabilidades.

13.4- Comunicar por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na entrega dos materiais, ou que possam comprometer a sua qualidade.

13.5- Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, à terceiros, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

13.6- Atender as determinações da fiscalização da **CONTRATANTE**.

13.7- Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

13.8- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo **CONTRATANTE** no prazo de 03 (três) dias, efetuar troca do bem, caso não esteja de acordo com o exigido.

13.9- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

13.10- Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva da Contratada;

13.11- Efetuar troca do produto, objeto do contrato, caso não esteja de acordo com o exigido.

13.12- Durante toda a vigência do contrato, toda correspondência enviada pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, referente ao objeto do contrato, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do fiscal, ou preposto indicado pelo Município.

13.13- Assumir inteira e expressa responsabilidade, pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes desta licitação.

13.14- Manter em estoque e em perfeitas condições de uso, os objetos da licitação.



14- RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

14.1 O pagamento conforme o determinado no item 19 do edital.

14.2 A fiscalização do contrato será realizada pelos servidores Nickolas Almeida Morais e Verônica Luise Kellers da Silveira.

14.3 Durante a vigência do contrato, enviar correspondência a CONTRATADA, sempre que necessário, informando possíveis ações que estejam em desacordo com o contrato estabelecido.

15 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

15.1 – Após liberação do recurso conveniado pelo Ministério do Meio Ambiente, os veículos deverão ser entregues pela(s) empresa(s) vencedora(s) do processo licitatório somente após expressa liberação do recurso conveniado pelo Ministério do Meio Ambiente;

15.2 - Local e data de entrega: os produtos deverão ser entregues na Rua Senador Alberto Pasqualini, nº 867, Bairro Cidade Alta, Santo Antônio da Patrulha/RS, no prazo máximo de cento e vinte dias a contar da solicitação formal enviada pelo(s) fiscal(is) do contrato, por meio do envio da Nota de Empenho, de segunda à sexta-feira no horário compreendido entre as 8h30 e 11h30 ou entre as 13h30 e 16h30; a critério da Administração Municipal este horário poderá ser alterado;

15.3 – Os veículos estarão sujeitos à devolução caso não atendam as especificações exigidas neste edital, caso este, em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá efetuar a troca imediata do produto, em até 03 (três) dias úteis.

16 – DO CONTRATO

16.1 - O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

16.2 - A fiscalização do contrato e da entrega dos veículos objeto do presente pregão, será feita pelos servidores Nickolas Almeida Morais e Verônica Luise Kellers da Silveira.

16.3 - A LICITANTE VENCEDORA ao ser convocada para assinatura do respectivo contrato, deverá apresentar-se, no prazo máximo de 03(três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação.

16.4 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

17 - PENALIDADES

17.1 Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá decidir pela RESCISÃO CONTRATUAL, independentemente das seguintes penalidades, bem como reparar os danos/prejuízos causados.

a) deixar de apresentar documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado da contratação;

b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado da contratação;

c) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;



d) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 05 dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato; desde o primeiro dia de atraso.

e) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 3 anos e multa de 8% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

g) causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual: declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato, bem como reparar o dano/prejuízo causado;

h) as penalidades da CONTRATADA serão registradas no cadastro de Fornecedores arquivados no Departamento de Compras e Licitações;

i) nenhum pagamento será efetuado pela CONTRATANTE enquanto houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta ao CONTRATADO em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

j) da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” do item 17.1, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias, contados da intimação;

k) A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será dirigido ao Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

l) No caso de aplicação das penalidades os valores dos contratos serão atualizados através do IPCA, conforme Decreto Municipal nº.132/2021.

18 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros correrão por conta dos créditos abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

FUNÇÃO: 18 – GESTÃO AMBIENTAL

SUB-FUNÇÃO: 542 – CONTROLE AMBIENTAL

PROGRAMA: 0028 – Saneamento Básico para Todos

PROJETO: 1049 – Aquisição de Equipamentos e Prestação de Serviços para Melhorais na Gestão de Resíduos

DESPESA: 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (1434)

RUBRICA: 44905299000000 – OUTROS MATERIAIS PERMANENTES

19 - DO PAGAMENTO

19.1 – Após a entrega dos veículos com a devida Nota Fiscal, o pagamento será efetuado **em até 15 (quinze) dias após a liberação do recurso vinculado pelo Ministério do Meio Ambiente**. O documento de cobrança, deverá estar em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no qual, deve estar discriminado o que foi entregue e deverá, ainda, constar na Nota Fiscal o número da Licitação, o número da Nota de Empenho prévio, emitida por esta Prefeitura, os dados bancários da empresa, o número do convênio 891531/2019.

19.2 - A liberação de recursos do Governo Federal dar-se-á mediante conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo concedente (Governo Federal);

19.3- O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

19.4- O pagamento somente será realizado após liberação realizada pelos fiscais do contrato.



19.5 Havendo atraso no pagamento do objeto contratual, o contratante pagará juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

19.6 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. É facultado a Pregoeira Oficial, auxiliada pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

20.2. A critério da Administração o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, inciso I, alínea “b” c/c o § 1º do mesmo artigo, tudo da Lei n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores.

20.3. Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, situado na Av. Borges de Medeiros, 456, Santo Antônio da Patrulha - RS, CEP 95.500-000, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h às 17h ou pelo e-mail: licitacoespmsap@gmail.com ou telefone (51) 36628416.

20.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira, que decidirá com base nas Leis n.º.8.666/93, n.º.10.520/02 e Lei Complementar n.º.123/06, além da Legislação vigente em vigor.

20.5. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

20.6. Não havendo expediente na Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, na data marcada, a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

20.7. O Município de Santo Antônio da Patrulha se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

20.8- Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha – RS, conforme §2º do artigo 55 da Lei n.º.8.666/93..

20.09- Integram este Edital:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II –Minuta de Contrato.

Santo Antônio da Patrulha - RS, 16 de fevereiro de 2022.

Mariana Castilhos de Souza
Pregoeira



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRONICO N°. 014/2022

1 – OBJETO:

Aquisição de caminhões e furgão através do Convênio nº 891531/2019, firmado entre o Município de Santo Antônio da Patrulha/RS e o Ministério do Meio Ambiente, com vistas à execução das metas e etapas estabelecidas no Projeto de gestão de resíduos sólidos RECICLA SAP.

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	VALOR UN MÁXIMO
01	01	Und.	<p>Caminhão, zero km, mínimo 2021/2022, com primeiro emplacamento, motor a partir de quatro cilindros, movido a diesel, no mínimo 175 CV de potência, cabine simples metálica basculante, um assento a ar para motorista e dois passageiros, ar condicionado, tacógrafo, vidro elétrico, trava elétrica, espelho retrovisor elétrico, caixa de câmbio manual no mínimo seis marchas a frente e uma ré, freio de serviço a ar, tambor nas rodas dianteiras e traseiras, com sistema ABS, direção hidráulica, pneus a partir de 235/75 R17,5”, PBT no mínimo 10.500 kg, CMT 13.000 kg, capacidade de carga útil + carroceria de no mínimo 7.300 kg.</p> <p>Implementos: Implemento a: caçamba basculante a partir de 8 m³, estrutura de aço reforçado, pintura com fundo anticorrosivo, com sistema hidráulico frontal, tomada de força, bomba hidráulica acoplada compatível, abertura traseira basculante e tipo portão; para-choque traseiro contendo todos os itens e acessórios obrigatórios por lei - Resoluções e Portarias do CONTRAN E DENATRAN.</p> <p>Implemento b: picador e triturador de galhos, fibras, folhas e troncos com capacidade mínima de 200 mm de diâmetro, abertura retangular da caixa de corte mínimo 230 x 230 mm, motor a combustão gasolina com potência mínima de 35 HP, mínimo dois cilindros, sistema de ignição eletrônica e sistema de arrefecimento a ar e painel de instrumentos; sistema de alimentação hidrostática através de no mínimo um rolo puxador, barra de segurança e controle em volto a calha alimentadora com no mínimo quatro posições, sendo reverso, avanço, parada e reverso, para que possibilite ao operador efetuar as reversões necessárias do rolo alimentador instantaneamente; barra de segurança inferior e cortina de proteção em conformidade com a norma de segurança, equipamento adequado e certificado conforme a</p>	R\$ 530.000,00



			<p>norma de segurança vigente NR12; sistema de alimentação automático com controle inteligente eletrônico por painel ou display, para gerenciar automaticamente o índice de rotações do motor em relação ao conjunto de corte, oferecendo segurança, produtividade e prolongamento da vida útil do equipamento; sistema de corte com no mínimo um disco (rotor) balanceado dinamicamente, com quatro lâminas de trituração reversíveis, refiáveis, mínimo dois fios, mínimo duas contras facas reguláveis; bica de descarga giratória mínima 270°, com defletor ajustável na extremidade, com soprador integrado para direcionar com precisão os cavacos já triturados para dentro da caçamba do caminhão ou de outro ponto determinado. Todo o conjunto deverá ser montado sobre um chassi especial para fixação em caminhão urbano, conjunto habilitado e certificado junto ao DENATRAN para permitir a documentação do mecanismo em acordo com as normas vigentes de trânsito, apresentação do catálogo com descritivo técnico do equipamento, peso aproximado do conjunto 950 kg. Um jogo de facas sobressalentes, um dispositivo afiador de facas, motor elétrico compatível com o equipamento.</p> <p>O veículo deverá ser emplacado em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS.</p>	
02	01	Und.	<p>Caminhão próprio para coletor e compactador de lixo, zero km, ano e modelo mínimo 2021/2022, tração 4x2, no mínimo 255 CV, diesel, motor de seis cilindros, cabine metálica avançada, assento para um motorista e três passageiros, ar condicionado, para-choque em aço estampado, protetor de radiador, freio a ar nas quatro rodas com ABS, freio motor, direção hidráulica, caixa de câmbio manual no mínimo seis marchas à frente e uma ré, freio de estacionamento, PBT no mínimo 16.000 kg, pneus 275/80 R22,5", contendo todos os itens e acessórios obrigatórios por Lei - Resoluções e Portarias do CONTRAN e DENATRAN.</p> <p>Implemento: coletor e compactador de resíduo, capacidade boca de carga 2 m³, para volume de resíduo compactado igual a 12 m³ no interior da caixa, caixa coletora de chorume com capacidade para 150 litros; abertura da tampa traseira por dois cilindros sendo um em cada lateral, descarga por painel ejetor com cilindro de dupla ação, teto em chapa lisa, laterais em chapa única calandrada lisa; sinalização de acordo com Normas de Trânsito, equipamento para basculamento de container com quatro rodas de no mínimo 1.000 litros, plataforma traseira para quatro pessoas com corrimão superior e lateral; pintura realizada da seguinte forma: limpeza prévia da superfície com desengraxante,</p>	R\$ 572.500,00



			<p>posteriormente aplicação de fundo antioxidante (anticorrosivo) tanto interna como externamente no equipamento; aplicação de duas demãos de Tinta Pu – Poliuretana na cor branca.</p> <p>O veículo deverá possuir bomba hidráulica de capacidade mínima de 110 L/min, com pressão mínima de 160 bar, com acessório capaz de soerguer lixeiras soterradas duplas (2 x 1000 L) e deverá possuir painel de controle, mangueira para respectivas pressões com comprimento de dez metros e sistema de engate para acoplamento das lixeiras soterradas.</p> <p>O veículo deverá ser emplacado em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS.</p>	
03	02	Unid	<p>Caminhão, zero km, mínimo 2021/2022, com primeiro emplacamento, motor quatro cilindros, movido a diesel, no mínimo 175 CV de potência, cabine simples metálica basculante, um assento para motorista e dois passageiros, ar condicionado, tacógrafo, vidro elétrico, travas elétricas, espelho retrovisor elétrico, piloto automático, caixa de câmbio manual no mínimo seis marchas a frente e uma ré, freio de serviço a ar tambor nas rodas dianteiras e traseiras, com sistema ABS, direção hidráulica, pneus 235/75 R17,5”, PBT no mínimo 10.500 kg, CMT 13.000 kg, capacidade mínima de carga útil + carroceria a partir de 7.300 kg.</p> <p>Implemento: equipado com baú, carga fechada, de dimensões mínimas: 5,5 m comprimento x 2,2 m largura x 2 m de altura; 01 porta na lateral direita e 01 porta na traseira estilo cortina, para-choque homologado, faixas refletivas, protetor lateral, plataforma de descanso para colaborador, pega mão e suporte de proteção instalado na traseira e demais itens exigidos por lei.</p> <p>O veículo deverá ser emplacado em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS.</p>	R\$ 317.500,00
04	1	Unid	<p>Veículo furgão, zero km, mínimo 2021/2022, com primeiro emplacamento, motor à diesel, potência máxima de no mínimo 125 CV, troca de marcha manual; comprimento mínimo de 5.990 mm. Itens que deverão estar inclusos: airbag para o motorista e airbag do passageiro para proteger duas pessoas no banco biposto. freios a disco nas quatro rodas, freios com ABS e EBD (Distribuição Eletrônica de Frenagem), pneus de largura mínima 215 e R16”, ar-condicionado, ar quente, direção hidráulica, iluminação no compartimento de carga, retrovisores externos com dupla visão, retrovisores externos com regulagem elétrica, tomada 12 V no compartimento de carga, vidros dianteiros elétricos, alças de fixação no compartimento de carga, barra de proteção lateral</p>	R\$ 169.543,00



			nas portas, bloqueio de ignição por transponder, chave com comando de travamento a distância por radiofrequência, cintos de segurança dianteiros retráteis de três pontos, faróis halógenos com regulagem elétrica de altura, parede divisória entre a cabine e o compartimento de carga, rádio MP3 com conexões USB e auxiliar, tapetes de borracha. O veículo deverá ser emplacado em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS.	
--	--	--	--	--

Deverão ser observadas as seguintes condições para os itens 01, 02, 03 e 04 deste Termo de Referência:

- a) Quando da entrega do item 01 a empresa vencedora do processo licitatório deverá ministrar um treinamento operacional de no mínimo quatro horas para um grupo de colaboradores;
- b) Compete à(s) empresa(s) vencedora(s) do processo licitatório a instalação dos implementos relacionados a cada item deste Termo de Referência no momento da entrega dos respectivos itens, o atendimento das normas técnicas, bem como a apresentação dos documentos e eventuais registros necessários para a realização das devidas instalações;
- c) Após as entregas e devidas instalações dos implementos relacionados, os fiscais disporão de quarenta e oito horas úteis para conferência e aceitação dos respectivos itens, conforme os requisitos estabelecidos no edital do processo licitatório;
- d) Os equipamentos objeto deste processo licitatório deverão atender às normas técnicas aplicáveis, ficando desde já estabelecido que somente serão aceitos após exame técnico dos fiscais responsáveis, e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem defeitos e/ou incorreções, não serão aceitos, devendo ser retirados ou substituídos pelo fornecedor no prazo de até cinco dias consecutivos, contados a partir da notificação;
- e) Todos os itens deste Termo de Referência deverão ser contemplados por garantia mínima de doze meses;
- f) Todos os itens deste Termo de Referência deverão ser entregues com sinalização gráfica na forma de plotagem na qual deverão constar os logotipos do Projeto RECICLA SAP, do Departamento de Meio Ambiente de Santo Antônio da Patrulha, da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, do Programa Nacional Lixão Zero e do Governo Federal, que deverão ser aprovados pelos fiscais do contrato quinze dias antes da entrega dos respectivos itens, de acordo com o modelo a ser fornecido pela contratante e dimensões que constam no Anexo 01.
 - i) No item 01 serão necessários dois adesivos e as plotagens deverão ter as mesmas dimensões dos lados direito e esquerdo, ocupando no mínimo 80% das áreas disponíveis das portas do motorista e do passageiro;
 - ii) No item 02 serão necessários quatro adesivos e as plotagens deverão ter no mínimo 70% das dimensões livres dos lados direito e esquerdo do implemento compactador, bem como 80% da área livre das portas do lado direito e esquerdo;
 - iii) No item 03 serão necessários quatro adesivos e as plotagens deverão ter as mesmas dimensões tanto do lado direito como do lado esquerdo do baú, bem como nas portas do lado direito e esquerdo;
 - iv) No item 04 serão necessários quatro adesivos e as plotagens deverão cobrir no mínimo 70% das portas laterais e portas traseiras do veículo.



2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se a aquisição dos veículos com os respectivos implementos tendo em vista a execução do projeto de gestão de resíduos sólidos RECICLA SAP, firmado através do Convênio nº 891531/2019 entre o Município de Santo Antônio da Patrulha/RS e o Ministério do Meio Ambiente.

3. ENTREGA: LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES

3.1 Os produtos deverão ser entregues pela(s) empresa(s) vencedora(s) do processo licitatório somente após expressa liberação do recurso conveniado pelo Ministério do Meio Ambiente;

3.2 Local e data de entrega: os produtos deverão ser entregues na Rua Senador Alberto Pasqualini, nº 867, Bairro Cidade Alta, Santo Antônio da Patrulha/RS, no prazo máximo de cento e vinte dias a contar da solicitação formal enviada pelo(s) fiscal(is) do contrato, por meio do envio da Nota de Empenho, de segunda à sexta-feira no horário compreendido entre as 8h30 e 11h30 ou entre as 13h30 e 16h30; a critério da Administração Municipal este horário poderá ser alterado;

3.3 Os produtos estarão sujeitos à devolução caso não atendam às especificações exigidas neste edital, caso este em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá efetuar a troca imediata do produto.

4 DOS VALORES

Os valores máximos a serem pagos com vistas à aquisição dos itens deste Termo de Referência observam os valores conforme estabelecidos no plano de trabalho aprovado e nos termos do Convênio nº 891531/2019¹, firmado entre o Município de Santo Antônio da Patrulha e o Ministério do Meio Ambiente.

5 DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2022.

Santo Antônio da Patrulha, 16 de fevereiro de 2022.

Mariana Castilhos de Souza
Pregoeira



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERAIS N.º ____/2022.

Celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 88.814.199/0001-32, com sede de sua Prefeitura na Av. Borges de Medeiros, 456, administrado por seu Prefeito Municipal, **Sr. RODRIGO GOMES MASSULO**, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.827.570-45, portador da R.G nº 5099955949, residente e domiciliado na Rua São Paulo, nº 406, bairro Pitangueiras, neste Município, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, n.º _____, _____, na cidade de _____, por seus representantes legais, Sr _____, _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____ e portador da C.I. n.º _____, expedido pela _____, e o Sr. _____, _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____ e portador da C.I. n.º _____, expedida pela _____, neste ato denominada de **CONTRATADA**, em conformidade com o que dispõe o Processo Licitatório na Modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2022**, a Lei n.º 10.520/2002, o Decreto Municipal n.º 565/2005 e 057/2012, Lei Complementar n.º 123/2006, e subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto da presente licitação consiste **na aquisição de caminhões e furgão através do Convênio nº 891531/2019, firmado entre o Município de Santo Antônio da Patrulha/RS e o Ministério do Meio Ambiente, com vistas à execução das metas e etapas estabelecidas no Projeto de gestão de resíduos sólidos RECICLA SAP.**, conforme solicitado pelo memorando nº 026/2022 – SEMAM e termo de pedido de compra nº 2022/31 e de acordo com as especificações previstas no Anexo I – Termo de Referência e a seguir descritas:

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES
1	01	und	<p>Caminhão, zero km, mínimo 2021/2022, com primeiro emplacamento, motor a partir de quatro cilindros, movido a diesel, no mínimo 175 CV de potência, cabine simples metálica basculante, um assento a ar para motorista e dois passageiros, ar condicionado, tacógrafo, vidro elétrico, trava elétrica, espelho retrovisor elétrico, caixa de câmbio manual no mínimo seis marchas a frente e uma ré, freio de serviço a ar, tambor nas rodas dianteiras e traseiras, com sistema ABS, direção hidráulica, pneus a partir de 235/75 R17,5", PBT no mínimo 10.500 kg, CMT 13.000 kg, capacidade de carga útil + carroceria de no mínimo 7.300 kg.</p> <p>Implementos: Implemento a: caçamba basculante a partir de 8 m³, estrutura de aço reforçado, pintura com fundo anticorrosivo, com sistema hidráulico frontal, tomada de força, bomba hidráulica acoplada compatível, abertura traseira basculante e tipo portão; para-choque traseiro contendo todos os itens e acessórios obrigatórios por lei - Resoluções e Portarias do CONTRAN E DENATRAN.</p>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

			<p>Implemento b: picador e triturador de galhos, fibras, folhas e troncos com capacidade mínima de 200 mm de diâmetro, abertura retangular da caixa de corte mínimo 230 x 230 mm, motor a combustão gasolina com potência mínima de 35 HP, mínimo dois cilindros, sistema de ignição eletrônica e sistema de arrefecimento a ar e painel de instrumentos; sistema de alimentação hidrostática através de no mínimo um rolo puxador, barra de segurança e controle em volto a calha alimentadora com no mínimo quatro posições, sendo reverso, avanço, parada e reverso, para que possibilite ao operador efetuar as reversões necessárias do rolo alimentador instantaneamente; barra de segurança inferior e cortina de proteção em conformidade com a norma de segurança, equipamento adequado e certificado conforme a norma de segurança vigente NR12; sistema de alimentação automático com controle inteligente eletrônico por painel ou display, para gerenciar automaticamente o índice de rotações do motor em relação ao conjunto de corte, oferecendo segurança, produtividade e prolongamento da vida útil do equipamento; sistema de corte com no mínimo um disco (rotor) balanceado dinamicamente, com quatro lâminas de trituração reversíveis, refiáveis, mínimo dois fios, mínimo duas contras facas reguláveis; bica de descarga giratória mínima 270°, com defletor ajustável na extremidade, com soprador integrado para direcionar com precisão os cavacos já triturados para dentro da caçamba do caminhão ou de outro ponto determinado. Todo o conjunto deverá ser montado sobre um chassi especial para fixação em caminhão urbano, conjunto habilitado e certificado junto ao DENATRAN para permitir a documentação do mecanismo em acordo com as normas vigentes de trânsito, apresentação do catálogo com descritivo técnico do equipamento, peso aproximado do conjunto 950 kg. Um jogo de facas sobressalentes, um dispositivo afiador de facas, motor elétrico compatível com o equipamento.</p> <p>O veículo deverá ser emplacado em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS.</p>
2	01	Und	<p>Caminhão próprio para coletor e compactador de lixo, zero km, ano e modelo mínimo 2021/2022, tração 4x2, no mínimo 255 CV, diesel, motor de seis cilindros, cabine metálica avançada, assento para um motorista e três passageiros, ar condicionado, para-choque em aço estampado, protetor de radiador, freio a ar nas quatro rodas com ABS, freio motor, direção hidráulica, caixa de câmbio manual no mínimo seis marchas à frente e uma ré, freio de estacionamento, PBT no mínimo 16.000 kg, pneus 275/80 R22,5", contendo todos os itens e acessórios obrigatórios por Lei - Resoluções e Portarias do CONTRAN e DENATRAN.</p> <p>Implemento: coletor e compactador de resíduo, capacidade boca de carga 2 m³, para volume de resíduo compactado igual a 12 m³ no interior da caixa, caixa coletora de chorume com capacidade para 150</p>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

			<p>litros; abertura da tampa traseira por dois cilindros sendo um em cada lateral, descarga por painel ejetor com cilindro de dupla ação, teto em chapa lisa, laterais em chapa única calandrada lisa; sinalização de acordo com Normas de Trânsito, equipamento para basculamento de container com quatro rodas de no mínimo 1.000 litros, plataforma traseira para quatro pessoas com corrimão superior e lateral; pintura realizada da seguinte forma: limpeza prévia da superfície com desengraxante, posteriormente aplicação de fundo antioxidante (anticorrosivo) tanto interna como externamente no equipamento; aplicação de duas demãos de Tinta Pu – Poliuretana na cor branca.</p> <p>O veículo deverá possuir bomba hidráulica de capacidade mínima de 110 L/min, com pressão mínima de 160 bar, com acessório capaz de soerguer lixeiras soterradas duplas (2 x 1000 L) e deverá possuir painel de controle, mangueira para respectivas pressões com comprimento de dez metros e sistema de engate para acoplamento das lixeiras soterradas.</p> <p>O veículo deverá ser emplacado em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS.</p>
3	02	Unid	<p>Caminhão, zero km, mínimo 2021/2022, com primeiro emplacamento, motor quatro cilindros, movido a diesel, no mínimo 175 CV de potência, cabine simples metálica basculante, um assento para motorista e dois passageiros, ar condicionado, tacógrafo, vidro elétrico, travas elétricas, espelho retrovisor elétrico, piloto automático, caixa de câmbio manual no mínimo seis marchas a frente e uma ré, freio de serviço a ar tambor nas rodas dianteiras e traseiras, com sistema ABS, direção hidráulica, pneus 235/75 R17,5”, PBT no mínimo 10.500 kg, CMT 13.000 kg, capacidade mínima de carga útil + carroceria a partir de 7.300 kg.</p> <p>Implemento: equipado com baú, carga fechada, de dimensões mínimas: 5,5 m comprimento x 2,2 m largura x 2 m de altura; 01 porta na lateral direita e 01 porta na traseira estilo cortina, para-choque homologado, faixas refletivas, protetor lateral, plataforma de descanso para colaborador, pega mão e suporte de proteção instalado na traseira e demais itens exigidos por lei.</p> <p>O veículo deverá ser emplacado em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS.</p>
4	01	Unid	<p>Veículo furgão, zero km, mínimo 2021/2022, com primeiro emplacamento, motor à diesel, potência máxima de no mínimo 125 CV, troca de marcha manual; comprimento mínimo de 5.990 mm. Itens que deverão estar inclusos: airbag para o motorista e airbag do passageiro para proteger duas pessoas no banco biposto. freios a disco nas quatro rodas, freios com ABS e EBD (Distribuição Eletrônica de Frenagem), pneus de largura mínima 215 e R16”, ar-condicionado, ar quente, direção hidráulica, iluminação no compartimento de carga, retrovisores externos com dupla visão, retrovisores externos com regulagem elétrica, tomada 12 V no compartimento de carga, vidros</p>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

			<p>dianteiros elétricos, alças de fixação no compartimento de carga, barra de proteção lateral nas portas, bloqueio de ignição por transponder, chave com comando de travamento a distância por radiofrequência, cintos de segurança dianteiros retráteis de três pontos, faróis halógenos com regulagem elétrica de altura, parede divisória entre a cabine e o compartimento de carga, rádio MP3 com conexões USB e auxiliar, tapetes de borracha.</p> <p>O veículo deverá ser emplacado em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS.</p>
--	--	--	--

1.1- ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

Deverão ser observadas as seguintes condições para os itens 01, 02, 03 e 04:

- a) Quando da entrega do item 01 a empresa vencedora do processo licitatório deverá ministrar um treinamento operacional de no mínimo quatro horas para um grupo de colaboradores;
- b) Compete à(s) empresa(s) vencedora(s) do processo licitatório a instalação dos implementos relacionados a cada item deste Termo de Referência no momento da entrega dos respectivos itens, o atendimento das normas técnicas, bem como a apresentação dos documentos e eventuais registros necessários para a realização das devidas instalações;
- c) Após as entregas e devidas instalações dos implementos relacionados, os fiscais disporão de quarenta e oito horas úteis para conferência e aceitação dos respectivos itens, conforme os requisitos estabelecidos no edital do processo licitatório;
- d) Os equipamentos objeto deste processo licitatório deverão atender às normas técnicas aplicáveis, ficando desde já estabelecido que somente serão aceitos após exame técnico dos fiscais responsáveis, e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem defeitos e/ou incorreções, não serão aceitos, devendo ser retirados ou substituídos pelo fornecedor no prazo de até cinco dias consecutivos, contados a partir da notificação;
- e) Todos os itens deste Termo de Referência deverão ser contemplados por garantia mínima de doze meses;
- f) Todos os itens deste Termo de Referência deverão ser entregues com sinalização gráfica na forma de plotagem na qual deverão constar os logotipos do Projeto RECICLA SAP, do Departamento de Meio Ambiente de Santo Antônio da Patrulha, da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, do Programa Nacional Lixão Zero e do Governo Federal, que deverão ser aprovados pelos fiscais do contrato quinze dias antes da entrega dos respectivos itens, de acordo com o modelo a ser fornecido pela contratante e dimensões que constam no Anexo 01.
- i) No item 01 serão necessários dois adesivos e as plotagens deverão ter as mesmas dimensões dos lados direito e esquerdo, ocupando no mínimo 80% das áreas disponíveis das portas do motorista e do passageiro;
- ii) No item 02 serão necessários quatro adesivos e as plotagens deverão ter no mínimo 70% das dimensões livres dos lados direito e esquerdo do implemento compactador, bem como 80% da área livre das portas do lado direito e esquerdo;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

iii) No item 03 serão necessários quatro adesivos e as plotagens deverão ter as mesmas dimensões tanto do lado direito como do lado esquerdo do baú, bem como nas portas do lado direito e esquerdo;

iv) No item 04 serão necessários quatro adesivos e as plotagens deverão cobrir no mínimo 70% das portas laterais e portas traseiras do veículo.

1.2- ENTREGA: LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES

1.2.1- Os produtos deverão ser entregues pela(s) empresa(s) vencedora(s) do processo licitatório somente após expressa liberação do recurso conveniado pelo Ministério do Meio Ambiente;

1.2.2- Local e data de entrega: os produtos deverão ser entregues na Rua Senador Alberto Pasqualini, nº 867, Bairro Cidade Alta, Santo Antônio da Patrulha/RS, **no prazo máximo de cento e vinte dias a contar da solicitação formal enviada pelo(s) fiscal(is) do contrato, por meio do envio da Nota de Empenho**, de segunda à sexta-feira no horário compreendido entre as 8h30 e 11h30 ou entre as 13h30 e 16h30; a critério da Administração Municipal este horário poderá ser alterado;

1.2.3- Os produtos estarão sujeitos à devolução caso não atendam às especificações exigidas neste edital, caso este em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá efetuar a troca imediata do produto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CONTRATO

2.1- O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência até 31 de dezembro de 2022.

2.2- A fiscalização do contrato e da entrega dos veículos objeto do presente pregão será feita pelos servidores Nickolas Almeida Morais e Verônica Luise Kellers da Silveira, designados através da Portaria nº 005 de 03 de janeiro de 2022.

2.3- A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

O valor contratual é de R\$ _____(_____).

3.1- Após a entrega dos veículos com a devida Nota Fiscal, o pagamento será efetuado **em até 15 (quinze) dias após a liberação do recurso vinculado pelo Ministério do Meio Ambiente**. O documento de cobrança, deverá estar em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no qual, deve estar discriminado o que foi entregue e deverá, ainda, constar na Nota Fiscal o número da Licitação, o número da Nota de Empenho prévio, emitida por esta Prefeitura, os dados bancários da empresa, o número do convênio 891531/2019.

3.2- A liberação de recursos do Governo Federal dar-se-á mediante conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo concedente (Governo Federal);

3.3- O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

3.4- O pagamento somente será realizado após liberação realizada pelos fiscais do contrato.

3.5- Havendo atraso no pagamento do objeto contratual, o contratante pagará juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

3.6- Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

FUNÇÃO: 18 – GESTÃO AMBIENTAL

SUB-FUNÇÃO: 542 – CONTROLE AMBIENTAL

PROGRAMA: 0028 – Saneamento Básico para Todos

PROJETO: 1049 – Aquisição de Equipamentos e Prestação de Serviços para Melhorais na Gestão de Resíduos

DESPESA: 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (1434)

RUBRICA: 44905248000000 – VEÍCULOS PERMANENTES

CLÁUSULA QUINTA – RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

5.1- O pagamento conforme o determinado Neste instrumento.

5.2- A fiscalização do contrato será realizada pelos servidores designados pela contratante.

5.3- Durante a vigência do contrato, enviar correspondência a CONTRATADA, sempre que necessário, informando possíveis ações que estejam em desacordo com o contrato estabelecido.

CLÁUSULA SEXTA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1- Entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital, **ANEXO I – Termo de Referência** e em consonância com a proposta de preço apresentada;

6.2- Prestar informações exatas, e não criar embaraços à fiscalização do CONTRATANTE.

6.3- Indenizar terceiros por eventuais prejuízos decorrentes da execução ou inadimplência do presente contrato, independentemente das sanções aplicáveis e demais responsabilidades.

6.4- Comunicar por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na entrega dos materiais, ou que possam comprometer a sua qualidade.

6.5- Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, à terceiros, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

6.6- Atender as determinações da fiscalização da CONTRATANTE.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

6.7- Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

6.8- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE no prazo de 03 (três) dias, efetuar troca do bem, caso não esteja de acordo com o exigido.

6.9- Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

6.10- Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva da Contratada;

6.11- Efetuar troca do produto, objeto do contrato, caso não esteja de acordo com o exigido.

6.12- Durante toda a vigência do contrato, toda correspondência enviada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, referente ao objeto do contrato, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do fiscal, ou preposto indicado pelo Município.

6.13- Assumir inteira e expressa responsabilidade, pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes desta licitação.

6.14- Manter em estoque e em perfeitas condições de uso, os objetos da licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1- Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá decidir pela RESCISÃO CONTRATUAL, independentemente das seguintes penalidades, bem como reparar os danos/prejuízos causados.

a) deixar de apresentar documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado da contratação;

b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado da contratação;

c) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

d) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 05 dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato; desde o primeiro dia de atraso;

e) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 3 anos e multa de 8% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

g) causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual: declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato, bem como reparar o dano/prejuízo causado;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

h) as penalidades da CONTRATADA serão registradas no cadastro de Fornecedores arquivados no Departamento de Compras e Licitações;

i) nenhum pagamento será efetuado pela CONTRATANTE enquanto houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta ao CONTRATADO em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

j) da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” do item 7.1, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias, contados da intimação;

k) A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será dirigido ao Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

l) Da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” do item 19.1, os valores atualizados dos contratos se darão através do IPCA, conforme Decreto Municipal nº 132/2021.

CLÁUSULA OITAVA- A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais aplicáveis. Constituem, também, motivos para a rescisão do presente contrato os arrolados no art. 78 da Lei 8.666/93. Quando a rescisão for por interesse público, o **CONTRATANTE** avisará à **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 15 dias, sem que ao mesmo caiba quaisquer indenizações, resguardo o pagamento pelos serviços já executados.

CLÁUSULA NONA - Em caso de atraso no pagamento, o **CONTRATANTE** pagará juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA DÉCIMA- O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório na Modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 014/2022**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Aplica-se ao presente contrato a Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar 123/06, o Decreto Municipal nº 565/2005 e, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e, em casos omissos, a Legislação Civil em vigor.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha para solucionar todas as questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santo Antônio da Patrulha, ____ de _____ de 2022.

RODRIGO GOMES MASSULO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Responsável pela fiscalização:

Nickolas Almeida Morais

Verônica Luise Kellers da Silveira